

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
1	DIREITO DO TRABALHO	Superior	O trabalho escravo contraria o princípio fundamental da	representação dos trabalhadores na empresa.	liberdade de sindicalização.	liberdade de trabalho.	primazia da realidade.	C
2	DIREITO DO TRABALHO	Superior	A dispensa de alguns grevistas cuja participação na paralisação não difere em nada da dos demais que aderiram a ela, contraria, salvo peculiaridades, o princípio	da isonomia.	do reconhecimento das convenções e acordos coletivos.	da defesa da dignidade do trabalhador.	da liberdade de trabalho.	A
3	DIREITO DO TRABALHO	Superior	São direitos dos trabalhadores previstos no art. 7 da Constituição Federal, EXCETO:	garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.	salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.	aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei	seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.	D
4	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre relação de trabalho e relação de emprego, é correto afirmar que	é requisito da relação de emprego a subordinação.	é requisito da relação de trabalho a pessoalidade.	o trabalho autônomo é considerado uma relação de emprego.	é requisito da relação de trabalho a natureza não eventual do serviço.	A
5	DIREITO DO TRABALHO	Superior	O elemento fundamental que diferencia o trabalhador empregado do trabalhador autônomo é:	natureza não essencial do serviço.	subordinação.	onerosidade.	natureza não eventual do serviço.	B
6	DIREITO DO TRABALHO	Superior	São espécies de empregado: / I. doméstico. / II. rural. / III. trabalhador avulso. É correto o que está contido em:	I, apenas.	I e II, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	B
7	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Equiparam-se a empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, EXCETO:	profissionais liberais.	instituições de beneficência.	trabalhadores avulsos portuários.	associações recreativas.	C
8	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Quanto à classificação dos contratos de trabalho, no que tange à natureza e a finalidade do contrato, o do trabalho eventual é denominado	contrato especial de emprego.	contrato flexível de emprego.	contrato de formação profissional.	contrato de trabalho sem vínculo de emprego.	D
9	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Dá-se a suspensão do contrato quando	houver a paralisação permanente dos seus principais efeitos.	houver a paralisação temporária dos seus principais efeitos.	houver a paralisação durante a qual a empresa paga salários e conta o tempo de serviço do empregado.	houver paralisação durante a qual a empresa não paga salários, não contando o tempo de serviço do empregado.	B
10	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Segundo o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:	incontinência de conduta ou mau procedimento.	embriaguez eventual.	condenação criminal do empregado, passada em julgado, tendo ou não havido suspensão da execução da pena.	prática esporádica de jogos de azar.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

11	DIREITO DO TRABALHO	Superior	De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, sobre a justa causa, é correto afirmar que	no caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é obrigatório ao empregado rescindir o contrato de trabalho.	o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando não cumprir o empregador as obrigações do contrato.	é vedada a rescisão contratual por acordo entre empregador e empregado.	não configura justa causa para rescisão do contrato pelo empregador a desídia no desempenho das respectivas funções.	B
12	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com relação ao aviso prévio, selecione a alternativa correta.	A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.	O valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.	O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de quatro horas diárias, sem prejuízo do salário integral.	Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de três dias se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.	A
13	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Segundo a Constituição Federal, fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até	seis meses após o parto.	um ano após o parto.	oito meses após o parto.	cinco meses após o parto.	D
14	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre suspensão e interrupção do contrato, é correto afirmar que	a interrupção viabiliza a extinção do contrato de trabalho.	a suspensão viabiliza a extinção do contrato de trabalho.	o período de interrupção não será computado como tempo de serviço.	na suspensão, o empregado não recebe pelo tempo inativo e tal período não conta como tempo de serviço.	D
15	DIREITO DO TRABALHO	Superior	A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá	de seis horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.	de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.	de doze horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.	de oito horas diárias, sendo vedada a fixação expressa de outro limite.	B
16	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com relação à jornada de trabalho, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, selecione a alternativa correta.	É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, desde que por escrito, para a compensação no mês seguinte.	A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.	As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.	Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte horas semanais.	C
17	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre os períodos de descanso do trabalhador, é INCORRETO afirmar que	os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.	em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação.	entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.	nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.	A
18	DIREITO DO TRABALHO	Superior	A hora do trabalho noturno será computada como de	cinquenta minutos.	cinquenta e dois minutos e trinta segundos.	cinquenta e dois minutos.	sessenta minutos.	B
19	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Considera-se noturno, para os efeitos do art. 73, da CLT, o trabalho executado entre	as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte.	as vinte e duas horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.	as vinte horas de um dia e três horas do dia seguinte.	as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.	D

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

20	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Quanto à duração, ao período e à profissão, a jornada de trabalho é classificada, RESPECTIVAMENTE, como	ordinária e extraordinária; diária, semanal, mensal e esporádica; ampla e limitada.	diurna, noturna, mista e em revezamento; limitada, ilimitada, contínua, descontínua, intermitente e a tempo parcial; ampla e limitada.	geral e especial; ordinária, extraordinária, limitada e ilimitada; contínua e descontínua.	ordinária, extraordinária, limitada, ilimitada, contínua, descontínua, intermitente e a tempo parcial; diurna, noturna, mista e em revezamento; geral e especial.	D
21	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre o sistema de compensação de horas, é correto afirmar que	se trata de um acordo pelo qual as horas excedentes das normais prestadas num dia são deduzidas em outros dias, ou as horas não trabalhadas são futuramente repostas.	o trabalhador, com excedente de horas a serem compensadas, perde o direito de receber as horas trabalhadas a mais no caso de rescisão contratual.	é vedado compensação anual de horas de trabalho - banco de horas - em qualquer hipótese.	não se admite compensação de horas por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.	A
22	DIREITO DO TRABALHO	Superior	No que diz respeito às férias, analise as seguintes proposições: / I. O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço. / II. As faltas do empregado ao serviço serão descontadas das férias. / III. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador. / É correto o que está contido em	I, apenas.	II, apenas.	I e III, apenas.	I, II e III.	C
23	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas	em até três períodos.	em até quatro períodos.	em até dois períodos, apenas.	em um único período, apenas.	A
24	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Acerca da remuneração e do abono de férias, selecione a alternativa correta.	O adicional por trabalho noturno não será computado no salário para fins de base ao cálculo da remuneração das férias.	O abono de férias deverá ser requerido no prazo de trinta dias antes do término do período aquisitivo.	O pagamento da remuneração das férias será efetuado sete dias antes do início do respectivo período.	É facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.	D
25	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais:	alimentação, habitação, vestuário, bebidas alcoólicas ou não ou outras prestações "in natura" que a empresa fornecer habitualmente ao empregado.	alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.	bebidas alcoólicas ou não, alimentação, habitação, vestuário e viagens.	alimentação, habitação, vestuário, transporte, viagens e cuidados hospitalares.	B
26	DIREITO DO TRABALHO	Superior	São formas de pagamento do salário:	por tempo, por valor e por produção.	por tempo, por produção e por tarefa.	por produção, por valor e por tarefa.	por tempo, por valor e por tarefa.	B

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

27	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre os meios de pagamento do salário, selecione a alternativa correta.	O cigarro fornecido pelo empregador ao empregado é considerado salário-utilidade.	O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, tem natureza salarial.	O transporte, concedido pelo empregador ao empregado, destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público não é considerado como salário.	O seguro de vida e de acidentes pessoais concedidos pelo empregador ao empregado serão considerados como salários.	C
28	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Acerca da equiparação salarial, selecione a alternativa INCORRETA.	Sendo semelhante a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo ou em diferente estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário.	Só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.	O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.	No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado.	A
29	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre o décimo terceiro salário, é correto afirmar que	o empregado perde o direito quando pede demissão.	o empregado tem direito ao décimo terceiro mesmo quando é despedido por justa causa.	não é computado na remuneração.	é uma gratificação compulsória por força de lei.	D
30	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com relação ao FGTS, selecione a alternativa correta.	É do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS por parte do empregador.	O empregador é obrigado a comunicar mensalmente aos empregados os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas.	Os depósitos são efetuados no Banco do Brasil.	Servidores públicos civis e militares, sujeitos ao regime trabalhista próprio, têm direito ao FGTS.	B
31	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Dentre as pessoas que possuem o benefício do FGTS, estão, EXCETO:	trabalhador autônomo.	trabalhador avulso.	empregado doméstico.	trabalhador rural.	A
32	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Extinto o contrato, o prazo para ingressar com o processo judicial pleiteando o pagamento das férias vencidas e proporcionais, sob pena de prescrição, é de	seis meses.	um ano.	dois anos.	três anos.	C
33	DIREITO DO TRABALHO	Superior	A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em	cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.	dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.	cinco anos para os trabalhadores urbanos e três anos para os trabalhadores rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.	cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.	D

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

34	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), é correto afirmar que	deve ser composta exclusivamente por representantes dos empregados.	o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, vedada a reeleição.	dentre outras, terá por atribuição participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas de Prevenção da AIDS.	terá reuniões ordinárias trimestrais, de acordo com o calendário preestabelecido.	C
35	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com relação à CIPA, reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando: / I. ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal. / II. houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência. / III. houver solicitação expressa de uma das representações. / É correto o que está contido em	I, apenas.	I e II, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	D
36	DIREITO DO TRABALHO	Superior	O treinamento para a CIPA terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo	oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa.	quatro horas diárias e será realizado fora do expediente normal da empresa.	oito horas diárias e será realizado fora do expediente normal da empresa.	quatro horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa.	A
37	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Compete ao empregador convocar eleições para a escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de	trinta dias antes do término do mandato em curso.	sessenta dias antes do término do mandato em curso.	quinze dias antes do término do mandato em curso.	quarenta e cinco dias antes do término do mandato em curso.	B
38	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre as atividades insalubres ou perigosas, escolha a alternativa correta.	A eliminação ou a neutralização da periculosidade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância.	É de vinte e cinco quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover individualmente.	A eliminação ou a neutralização da periculosidade ocorrerá com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.	O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de trinta por cento sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.	D
39	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Considera-se menor, para os efeitos da Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalhador de	quatorze até dezoito anos.	quinze até dezoito anos.	dezesseis até dezoito anos.	dezessete até dezoito anos.	A
40	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com relação à proteção ao trabalho do menor, escolha a alternativa INCORRETA.	Ao menor não será permitido o trabalho em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.	Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral.	O trabalho noturno, executado no período entre as vinte e duas e as cinco horas, é vedado ao menor de dezesseis anos.	Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.	C

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

41	DIREITO DO TRABALHO	Superior	O trabalho do menor autorizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que assim considera aquele previsto em programa social, sob a responsabilidade de entidade governamental sem fins lucrativos e que assegure ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada é denominado	menor aprendiz não empregado.	trabalho socioeducativo.	menor bolsista.	trabalho familiar.	B
42	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Acerca da proteção ao trabalho da mulher, selecione a alternativa correta.	É vedado o trabalho pela gestante em atividades insalubres em qualquer grau e em qualquer hipótese.	À empregada adotante é dado o direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, exceto os descansos especiais durante a jornada de trabalho com a finalidade de amamentação.	Considera-se ato discriminatório do trabalho da mulher a exigência, pelo empregador, de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou outro qualquer meio destinado a esclarecer se está grávida ou esterilizada.	À mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, sendo este ou não prejudicial à gestação.	C
43	DIREITO DO TRABALHO	Superior	A Lei nº13.301 de 2016 ampliou a licença-maternidade prevista no art. 392 da CLT para	cento e cinquenta dias no caso de mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo Aedes aegypti.	cento e oitenta dias no caso de mães de crianças nascidas com transtorno de autismo.	cento e cinquenta dias no caso de mães de crianças nascidas com transtorno de autismo.	cento e oitenta dias no caso de mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo Aedes aegypti.	D
44	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de	setenta e duas horas da paralisação.	quarenta e oito horas da paralisação.	vinte quatro horas da paralisação.	doze horas da paralisação.	A
45	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre o exercício do direito de greve, são considerados serviços ou atividades essenciais: / I. assistência médica e hospitalar. / II. telecomunicações. / III. compensação bancária. / É correto o que está contido em	I e II, apenas.	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	D
46	DIREITO DO TRABALHO	Superior	O prazo das Comissões de Conciliação Prévia para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado é de	dez dias.	quinze dias.	vinte dias.	trinta dias.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

47	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Sobre as Comissões de Conciliação Prévia, escolha a alternativa correta.	O termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia liberatória geral, inclusive quanto às parcelas expressamente ressaltadas.	A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.	O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia.	o mandato dos membros da Comissão instituída no âmbito da empresa, titulares e suplentes, é de um ano, vedada a recondução.	B
48	DIREITO DO TRABALHO	Superior	É assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos, dentre outros direitos previstos no art. 7 da Constituição Federal:	piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.	remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.	irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.	assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.	C
49	DIREITO DO TRABALHO	Superior	Com base na Lei n. 13.467 de 2017, da Reforma Trabalhista, é INCORRETO afirmar que	é facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.	o direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.	súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho poderão restringir direitos legalmente previstos.	as horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de cinquenta por cento sobre o salário-hora normal.	C
50	DIREITO DO TRABALHO	Superior	De acordo com a Reforma Trabalhista, a remuneração da hora extra será, pelo menos,	trinta por cento superior à da hora normal.	cinquenta por cento superior à da hora normal.	cinquenta e um por cento superior à da hora normal.	sessenta por cento superior à da hora normal.	B
51	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de	vinte e sete ministros.	trinta e três ministros.	onze ministros.	quinze ministros.	A
52	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho são escolhidos dentre brasileiros	ou estrangeiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.	com mais de trinta anos e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.	com mais de trinta anos e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.	com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.	D
53	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: / I. as ações que envolvam exercício do direito de greve. / II. as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho. / III. as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho. / É correto o que está contido em	I, apenas.	II, apenas.	I, II e III.	II e III, apenas.	C

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

54	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre os prazos processuais, é correto afirmar que	serão contados em dias úteis, com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.	não poderão ser prorrogados.	durante a suspensão do prazo, realizar-se-ão audiências, mas não sessões de julgamento.	se suspende o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.	D
55	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca da distribuição, conforme estabelece a CLT, é INCORRETO afirmar que	a reclamação verbal será distribuída após sua redução a termo.	o distribuidor fornecerá ao interessado um recibo do qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição.	feita a distribuição, a reclamação será remetida pelo distribuidor à Junta ou Juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.	a reclamação escrita deverá ser formulada em duas vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.	A
56	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação à substituição processual, escolha a alternativa correta.	Pode existir apenas em ações individuais.	É uma legitimação extraordinária, autorizada pela lei, para que alguém pleiteie, em nome próprio, direito alheio, em processo judicial.	Trata-se da defesa de direito alheio em nome alheio.	A substituição processual confunde-se com a sucessão processual.	B
57	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca das nulidades, analise as seguintes proposições: / I. A nulidade será pronunciada quando arguida por quem lhe tiver dado causa. / II. O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende. / III. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência. / É correto o que está contido em	II, apenas.	II e III, apenas.	I e II, apenas.	I e III, apenas.	B
58	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de	vinte quatro horas, para instrução e julgamento da exceção.	trinta e seis horas, para instrução e julgamento da exceção.	quarenta e oito horas, para instrução e julgamento da exceção.	setenta e duas horas, para instrução e julgamento da exceção.	C
59	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação à prova no processo do trabalho, escolha a alternativa correta.	A testemunha que for parente até o quarto grau civil não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.	As testemunhas comparecerão à audiência somente mediante notificação ou intimação.	Deve cada uma das partes apresentar um perito ou técnico.	O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.	D
60	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Segundo a CLT, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo:	os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.	os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.	os dissídios coletivos cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.	os dissídios coletivos cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

61	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	A citação no procedimento sumaríssimo poderá ser feita somente por	edital ou por correio.	correio ou por oficial de justiça.	edital ou por oficial de justiça.	correio.	B
62	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre o procedimento ordinário, é correto afirmar que	também é denominado de procedimento sumário.	a tentativa de conciliação deve ocorrer sempre após a apresentação da defesa e antes das razões finais.	na audiência devem estar presentes o reclamante e o reclamado obrigatoriamente acompanhados de seus representantes.	o não comparecimento do reclamado acarreta revelia, além da confissão quanto à matéria de fato.	D
63	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação ao procedimento ordinário, o princípio por meio do qual o juiz tem contato direto com as provas produzidas é:	princípio da identidade física do juiz.	princípio do livre convencimento.	princípio da imediatidade.	princípio da persuasão racional do juiz.	C
64	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	As exceções são defesas indiretas de natureza processual. Sobre elas, assinale a alternativa INCORRETA.	Com a apresentação da exceção, ocorre a suspensão do processo, até que aquela seja decidida.	O momento para a apresentação da exceção de impedimento ou de suspeição, em regra, é na audiência, antes mesmo de se apresentar a contestação.	A exceção de incompetência deve ser apresentada no caso de incompetência territorial, em razão do lugar, a qual é de natureza absoluta.	Se a exceção de impedimento ou de suspeição for apresentada como preliminar na contestação, cabe ao juiz apreciar a matéria, considerando o princípio da instrumentalidade das formas.	C
65	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	A valoração da prova produzida e constante dos autos do processo é feita de acordo com o princípio	persuasão racional do juiz.	da concentração dos atos processuais.	da busca da verdade real.	da instrumentalidade das formas.	A
66	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre a produção antecipada da prova, escolha a alternativa correta.	É da competência do foro de domicílio do autor.	Previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.	Em regra, admite-se defesa ou recurso no procedimento de produção antecipada da prova.	Na petição da produção antecipada da prova, o requerente deve apresentar as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionar com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair.	D
67	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação aos meios de prova, é INCORRETO afirmar que	o valor da prova emprestada deve estar vinculada à valoração realizada anteriormente, em feito diverso.	a prova emprestada é aquela produzida em outro processo.	não há um rol taxativo de meios de prova admitidos no processo do trabalho.	os meios de prova são os instrumentos materiais ou pessoais trazidos ao processo para revelar a verdade dos fatos.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

68	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre a coisa julgada, analise as seguintes proposições: / I. a decisão que extingue o processo sem resolução do mérito produz coisa julgada material. / II. a decisão de mérito não mais sujeita a recurso apenas produz coisa julgada formal. / III. a coisa julgada formal é a preclusão máxima, no sentido da inalterabilidade da decisão dentro do processo, após o trânsito em julgado, ou seja, quando não caiba mais recurso. / É correto o que está contido em	II, apenas.	III, apenas.	I e II, apenas.	I e III, apenas.	B
69	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes. O Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a	seis anos.	quatro anos.	dois anos.	um ano.	B
70	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre execução de prestações sucessivas, escolha a alternativa correta.	Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação deve compreender, também, as que lhe sucederem.	As prestações sucessivas devem ser sempre por tempo determinado.	As prestações vencidas após o início da execução não poderão ser cobradas posteriormente.	As prestações vencidas após o início da execução não poderão ser cobradas nos mesmos autos.	A
71	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca da execução contra a Fazenda Pública, é correto afirmar que	a execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.	a Fazenda Pública deverá ser citada para pagar a dívida ou garantir a execução, sob pena de penhora de seus bens.	os pagamentos devidos pela Fazenda Pública poderão ser feitos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.	para a Fazenda Pública, o prazo dos embargos à execução é de quinze dias.	A
72	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre o tema da execução contra a Fazenda Pública, escolha a alternativa correta.	É vedada a execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.	Os pagamentos devidos em razão de pronunciamento judicial pelos Conselhos de Fiscalização submetem-se ao regime de precatórios.	A Fazenda Pública deve ser intimada na pessoa de seu representante judicial para, querendo, opor embargos à execução.	Os créditos de natureza alimentícia não estão sujeitos ao regime de precatório.	C

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

73	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca da ação trabalhista em face da massa falida, é correto afirmar que	o processo trabalhista se suspende com a decretação da falência.	a natureza privilegiada do crédito trabalhista, conferida por força de lei, somente pode ser concebida no próprio âmbito do concurso dos credores habilitados na falência.	após a liquidação, a execução do crédito continuará sendo processada na Justiça do Trabalho.	o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência não terá preferência nas fases processuais.	B
74	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre a impenhorabilidade do bem de família, excluem-se da impenhorabilidade: / I. veículos de transporte. / II. obras de arte. / III. adornos suntuosos. / É correto o que está contido em	I e II, apenas.	III, apenas.	I, II e III.	II e III, apenas.	C
75	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado o prazo para apresentar embargos de	três dias.	quinze dias.	dez dias.	cinco dias.	D
76	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	O prazo para o exequente impugnar a sentença de liquidação é de	cinco dias.	três dias.	quinze dias.	dez dias.	A
77	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação aos bens penhoráveis e impenhoráveis, escolha a alternativa INCORRETA.	O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei.	São impenhoráveis os bens do cônjuge ou companheiro, em qualquer hipótese.	A impenhorabilidade não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.	Os bens podem ser absolutamente ou relativamente impenhoráveis.	B
78	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	São bens impenhoráveis, dentre outros: / I. o seguro de vida. / II. os vestuários e pertences de uso pessoal do executado, inclusive os de elevado valor. / III. os livros, máquinas ou ferramentas necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado. / É correto o que está contido em	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	A
79	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos: / I. o cônjuge quando defende a posse de bens próprios. / II. o adquirente de bens que foram constritos por decisão que declara a ineficácia da alienação em fraude à execução. / III. quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte. / É correto o que está contido em	II, apenas.	I e III, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	D

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

80	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre embargos de terceiro, é correto afirmar que	tem sempre natureza repressiva.	não se admite nos casos de ameaça de constrição sobre bens que o terceiro possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constitutivo.	o prazo para a oposição dos embargos de terceiro é de natureza decadencial.	podem ser contestados no prazo de trinta dias.	C
81	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Com relação à arrematação, escolha a alternativa correta.	É ato privado de execução.	Deve ser anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal, e publicado no jornal local, se houver, com antecedência mínima de vinte dias.	É ato de alienação privada do bem penhorado, por meio do qual se concretiza a expropriação.	O arrematante deve garantir o lance com o sinal correspondente a cinco por cento do seu valor.	B
82	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	É correto afirmar que o pagamento do valor da arrematação deve ocorrer em	quarenta e oito horas.	cinco dias.	vinte quatro horas.	setenta e duas horas.	C
83	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca da remição, escolha a alternativa INCORRETA.	Entende-se que a adjudicação e a arrematação têm preferência em se tratando da remição da execução.	A remição da execução significa o resgate dos bens penhorados pelo executado, com o pagamento do valor devido.	O prazo para a remição é até a assinatura do auto de arrematação ou de adjudicação.	Em qualquer hipótese, a remição só pode ser deferida ao executado se este oferecer preço igual ao valor da condenação.	A
84	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	O princípio em que é cabível um único tipo de recurso para cada decisão recorrível denomina-se	princípio da taxatividade.	princípio do duplo grau de jurisdição.	princípio da fungibilidade.	princípio da singularidade.	D
85	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Para interpor ou contra-arrazoar qualquer recurso, o prazo é de	cinco dias.	quinze dias.	dez dias.	oito dias.	D
86	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	É recurso de natureza ordinária:	recurso de revista.	agravo de petição.	embargos em recurso de revista.	recurso extraordinário.	B
87	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Trata-se da pertinência subjetiva para a interposição do recurso, que se estende às partes, aos terceiros e ao Ministério Público do Trabalho:	capacidade.	interesse.	legitimação.	adequação.	C
88	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	São pressupostos recursais objetivos, EXCETO:	a tempestividade.	o interesse.	a recorribilidade do ato.	a regularidade formal.	B
89	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Acerca dos efeitos dos recursos, escolha a alternativa correta.	Um dos efeitos é obstar o trânsito em julgado.	O efeito devolutivo sumete a matéria impugnada ao órgão A QUO.	A decisão deve ser sempre impugnada no todo.	É possível, em alguns casos, o efeito devolutivo favorecer a REFORMATIO IN PEJUS.	A
90	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	No processo do trabalho, a espécie de recurso que tem como finalidade impugnar decisão que nega seguimento a outro recurso é denominado	agravo de instrumento.	recurso de revista.	embargos.	recurso extraordinário.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

91	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre o agravo regimental, é correto afirmar que	o efeito do recurso é meramente suspensivo.	também é chamado de agravo de petição.	normalmente é cabível para impugnar decisão monocrática, proferida pelo relator, isto é, juiz desembargador, no âmbito do TRT, ou por ministro do TST.	não cabe juízo de retratação, isto é, a possibilidade de reconsideração pelo magistrado que proferiu, no âmbito do Tribunal, a decisão impugnada.	C
92	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	São órgãos do Ministério Público do Trabalho, dentre outros previstos em Lei Complementar: / I. Colégio de Procuradores do Trabalho. / II. Corregedoria. / III. Câmara de Coordenação e Revisão. / É correto o que está contido em	I e II, apenas.	II e III, apenas.	I, apenas.	I, II e III.	D
93	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	É correto afirmar que os distribuidores são designados pelo	Subprocurador Geral do Trabalho ao qual são diretamente subordinados.	Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ao qual são diretamente subordinados.	Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.	Procurador Geral do Trabalho.	B
94	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	A realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes, incumbe aos	secretários das juntas.	distribuidores.	escrivães.	oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.	D
95	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho, ou suas turmas:	declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões.	designar os vogais das Juntas e seus suplentes.	requisitar às autoridades competentes, nos casos de dissídio coletivo, a força necessária, sempre que houver ameaça e perturbação da ordem.	dar posse aos Presidentes de Juntas e Presidentes Substitutos.	A
96	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Compete às Varas do Trabalho, EXCETO:	processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave.	impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.	julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas.	decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.	C
97	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Sobre os honorários de advogado, é correto afirmar que	o lugar de prestação do serviço é irrelevante para a fixação dos honorários pelo juiz.	são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.	na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar honorários de sucumbência recíproca, permitindo-se a compensação entre os honorários.	não serão devidos nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.	B
98	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de	trinta dias, contados da data da suspensão do empregado.	quarenta e cinco dias, contados da data de suspensão do empregado.	quinze dias, contados da data de advertência do empregado.	quinze dias, contados da data de suspensão do empregado.	A

PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

99	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	O recurso cabível, essencialmente, nas hipóteses de divergência jurisprudencial e divergência de interpretação e violação da lei ou da CF é:	agravo interno.	recurso de revista.	embargos de declaração.	recurso adesivo.	B
100	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Superior	Conforme dispõe a CLT, os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de	dez dias.	vinte dias.	cinco dias.	quinze dias.	C